



ObservaDF

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL
Uma comparação entre 2021 e 2026

Larissa **Marques**
Lucio **Rennó**
Frederico **Bertholini**
Andrea **Cabello**
Ana Maria **Nogales**
Guilherme **Viana**

Sumário Executivo

Segurança alimentar no DF:

1. Comparativamente, usando dados da PNADc, o Distrito Federal, apesar de ter um dos PIBs per capita mais altos do país, apresenta indicadores de segurança alimentar inferiores aos de estados com PIB per capita significativamente menores. Comparativamente, o DF tem muito mais pessoas em situação de insegurança alimentar do que deveria ter - comprovação de sua situação extrema de desigualdade econômica e social.
2. A segurança alimentar no DF passou de 50,1% em 2021 para 61,5% em 2026.
3. Contudo, a insegurança grave não apresentou variação estatisticamente significativa no período. Isso significa que a situação de insegurança alimentar grave permanece inalterada no DF.
4. A situação mais grave em 2026, adultos que sentiram fome e não comeram (9,7%) e crianças nessa mesma condição (6,3%) não apresentou diferença estatisticamente significativas em relação a 2021.
5. Em 2026, 38,5% dos entrevistados indicam que alguém em seus domicílios vivencia algum grau de insegurança alimentar. Embora a maioria tenha acesso regular e adequado à alimentação, mais de um terço da população ainda enfrenta alguma forma de restrição alimentar.
6. Em 2026, a insegurança alimentar no Distrito Federal é maior entre os entrevistados residentes em Regiões Administrativas de baixa e média-baixa renda (43,7%) do que entre aqueles que residem em RAs de alta e média-alta renda (32,5%), padrão que já se observava em 2021 (57% e 40%, respectivamente).

Sumário Executivo

Responsabilidade de domicílio:

1. A insegurança alimentar foi substancialmente mais frequente entre entrevistados com renda per capita familiar de até 1/2 salário mínimo (52,7%) do que entre aqueles com renda per capita familiar acima de 1 salário mínimo (33,1%), diferença de 19,6 pontos percentuais, gradiente socioeconômico já observado em 2021.

2. A insegurança alimentar foi mais frequente entre entrevistados que residem em domicílios cujas responsáveis são mulheres (46,7%) do que entre aqueles cujos responsáveis são homens (34,9%), padrão que já se verificava em 2021 (56,1% e 44,4%, respectivamente).

3. A insegurança alimentar foi maior entre entrevistados que residem em domicílios cujos responsáveis são pessoas autodeclaradas negras (43,3%) do que entre aqueles cujos responsáveis são pessoas brancas (29,0%), diferença de 14,3 pontos percentuais, padrão já observado em 2021 (53,0% e 42,2%, respectivamente).

Hábitos alimentares:

1. Entre 2021 e 2026, houve diversificação do tipo de alimentos consumidos e uma parcela relevante da população que antes não consumia produtos ultraprocessados passou a consumi-los com alguma regularidade. Aumentou o acesso a alimentos de forma geral, mas expressivamente também de alimentos menos saudáveis.

Políticas públicas: restaurantes comunitários e cartão prato cheio:

1. Há uma desproteção das pessoas em insegurança alimentar das políticas públicas distritais e federais: em 2026, 30,1% das pessoas em insegurança alimentar eram beneficiárias do bolsa família; 22,1% do cartão prato cheio e 23,4% frequentaram os restaurantes comunitários. As políticas sociais dos governos federal e distrital, desde 2021, não conseguem alcançar a maioria das pessoas em situação de insegurança alimentar. Sendo que a cobertura é particularmente insuficiente para as políticas distritais.

2. Entre 2021 e 2026 encontramos uma expansão do bolsa família entre as pessoas em insegurança alimentar; se manteve inalterada a cobertura do benefício do prato cheio e encontramos uma retração importante no número de entrevistados que frequentam os restaurantes comunitários.

3. Restaurantes comunitários:

a. É uma política focalizada entre as pessoas que estão em situação de insegurança alimentar, mas em 2026, registrou-se um recuo expressivo no número de usuários do serviço em comparação com 2021.

b. Em média, 71,62% dos respondentes avaliaram os aspectos dos restaurantes comunitários como “Bom” ou “Ótimo”.

c. Embora os restaurantes comunitários sejam bem avaliados pela população usuária, a combinação entre o recuo expressivo no número de frequentadores em 2026 e o não alcance de parcela relevante de quem mais necessita da política pode sugerir um cenário de ineficiente utilização do recurso público, padrão que já se observava em 2021 e permanece inalterado.

1.A segurança e insegurança alimentar no Distrito Federal

Em fins de 2021, o mundo enfrentava uma gravíssima pandemia de Covid-19 que ceifou muitas vidas no Distrito Federal. A tragédia vinha acompanhada de agravamento não só da situação sanitária, mas também da econômica. O ObservaDF nascia em meio a essa profunda crise, realizando seus primeiros estudos sobre a economia do DF em meados de 2021, com uma análise em série histórica avaliando o impacto da pandemia na economia. Na sequência, investigou o tema da fome - que afetava de maneira dramática enormes parcelas da população, gravemente afetada pelas restrições impostas para o enfrentamento da pandemia.

Em estudo inédito, foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar à uma amostra representativa da população urbana do Distrito Federal. Os resultados apontavam para uma profunda desigualdade no acesso à alimentação no Distrito Federal, com as camadas mais pobres da população em situação extremamente preocupante, enquanto as mais ricas pouco sofriam do problema.

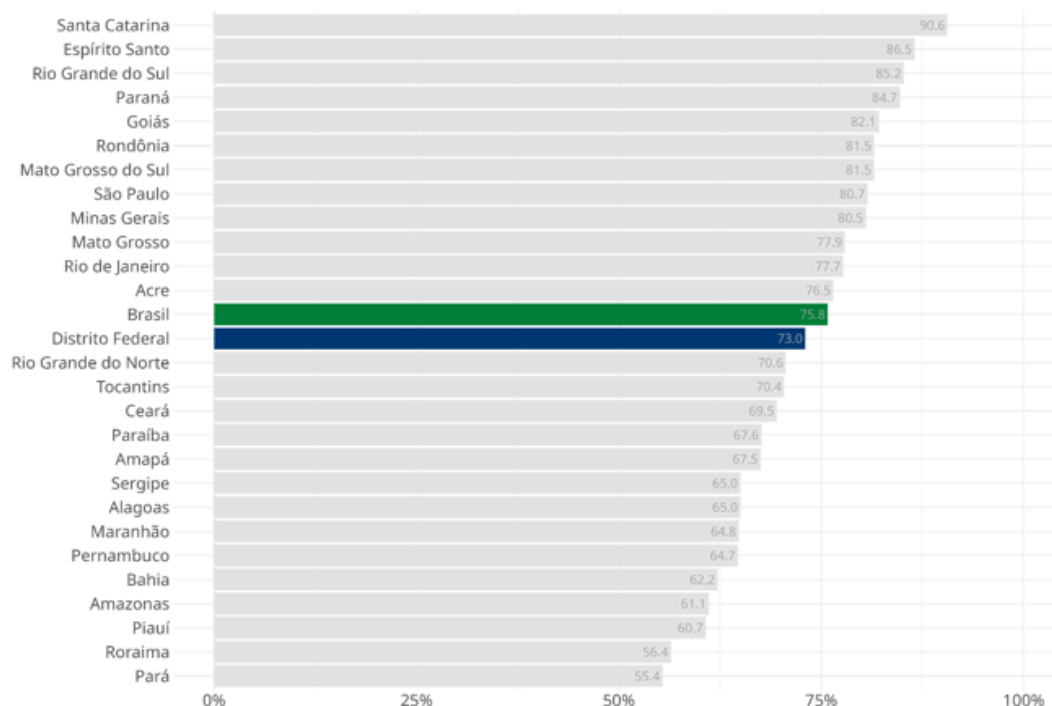
Passados cinco anos, revisitamos o tema para verificar se houve alguma mudança. De forma geral, passado o impacto da crise sanitária, vemos hoje uma situação melhor, mas não para os mais pobres, não para as populações negras, não para os domicílios chefiados por mulheres. As desigualdades profundas e resistentes permanecem. Ou seja, os mais vulneráveis continuam em situação preocupante. Ademais, exploramos como as políticas sociais afetam a situação alimentar dessas parcelas da população e, de maneira preocupante, identificamos significativas ineficiências na aplicação dos recursos públicos, que não apresentam soluções para os problemas alimentares dos mais necessitados.

Por último, cabe dizer que, apesar da melhora na situação de fome, a qualidade da alimentação se deteriorou. O acesso à comida não implica melhoria nos hábitos alimentares nem acesso a produtos mais saudáveis. Pelo contrário, aumentou o consumo de alimentos ultraprocessados.

1.1 O Distrito Federal em perspectiva comparada

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2024, o Distrito Federal apresenta uma proporção de domicílios em segurança alimentar (73,0%) inferior à média nacional (75,8%). No ranking das 27 unidades federativas, o DF ocupa o décimo terceiro lugar, abaixo de estados como Santa Catarina (90,6%), Espírito Santo (86,5%), Rio Grande do Sul (85,2%), Paraná (84,7%) e Goiás (82,1%), e próximo à média da região Centro-Oeste (79,5%), da qual faz parte. Em termos de insegurança alimentar grave, a forma mais severa, em que adultos chegam a ficar sem comer, o DF registra 4,2%, acima da média nacional (3,2%) e da média do Centro-Oeste (2,8%), aproximando-se do Nordeste (4,8%).

Figura 1: Proporção da situação de segurança alimentar no Distrito Federal em comparação com demais Unidades Federativas

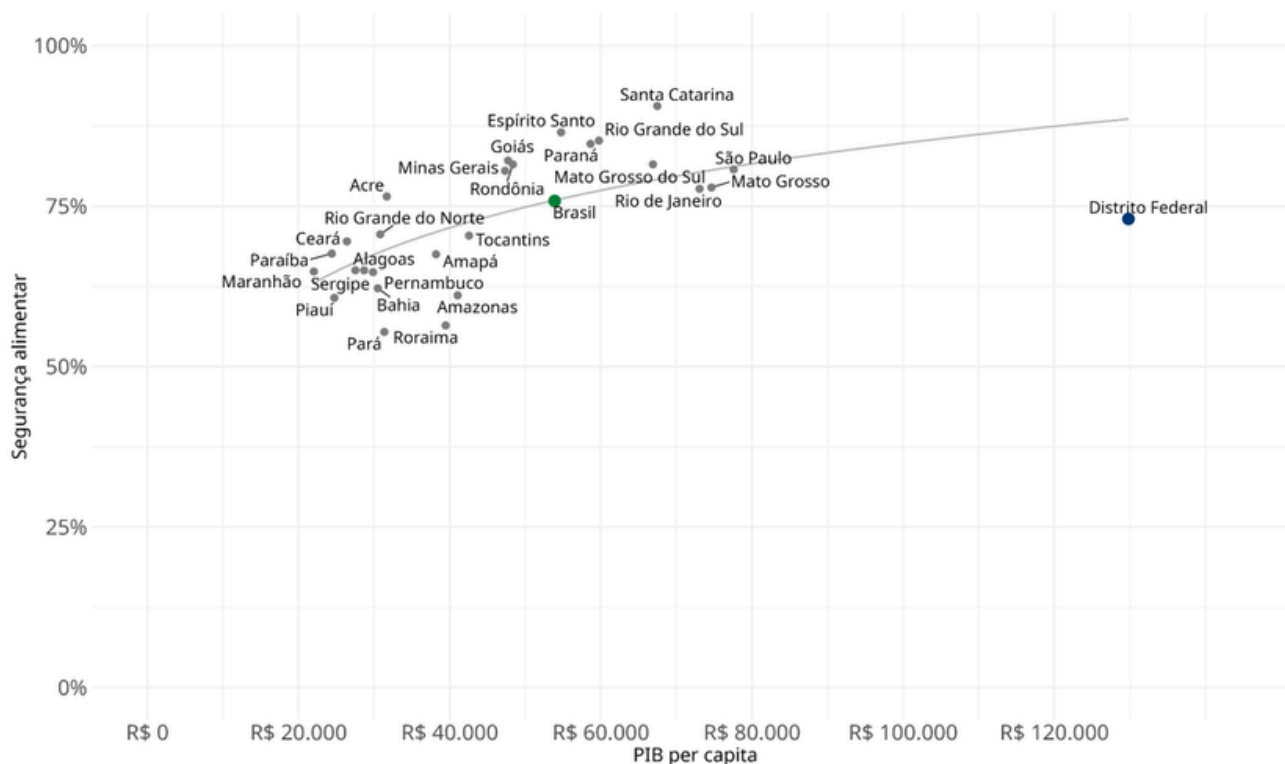


Fonte: PNADC 2024.

Esse resultado se torna ainda mais intrigante quando confrontado com o PIB per capita das unidades federativas. Com R\$ 129.790, o DF possui o maior PIB per capita do país, mais de 2,4 vezes a média nacional (R\$ 53.887) e 67% acima do segundo colocado, São Paulo (R\$ 77.566). Apesar dessa vantagem econômica expressiva, o DF apresenta indicadores de segurança alimentar inferiores aos de estados com PIB per capita significativamente menores, como Santa Catarina (R\$ 67.460, com 90,6% em segurança alimentar), Espírito Santo (R\$ 54.733, com 86,5%) e Paraná (R\$ 58.624, com 84,7%). Esse descolamento entre riqueza agregada e acesso à alimentação adequada pode refletir a elevada desigualdade interna do DF, onde convivem os mais altos rendimentos médios do país com bolsões de pobreza e vulnerabilidade social concentrados em determinadas Regiões Administrativas^[1].

[1] Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45142-pib-cresce-em-todos-os-27-estados-do-pais-em-2023>

Figura 2: Segurança alimentar e PIB *per capita* no DF, demais Unidades da Federação e no Brasil



Fonte: PNADC 2024; IBGE 2023 para PIB *per capita*.

Diante desse cenário, este relatório tem como objetivo investigar, de modo aprofundado, o caso do Distrito Federal para compreender a insegurança alimentar no território e sua evolução entre 2021 e 2026. A análise se estrutura em três subseções. Na primeira, examinamos como evoluíram a segurança e insegurança alimentar no DF ao longo do tempo, como elas se diferenciam entre os residentes de Regiões Administrativas de alta e baixa renda e investigamos como o perfil de quem chefia o domicílio, seja mulher, pessoa negra ou pobre, se associa a graus de vulnerabilidade alimentar. Em segundo momento, examinamos os padrões de consumo alimentar da população, investigando quais alimentos são mais ou menos frequentes na dieta dos brasilienses e como esses padrões se diferenciam entre grupos de renda e entre os dois anos. Por fim, analisamos como as políticas públicas de mitigação da fome, como o Bolsa Família, o Cartão Prato Cheio e os Restaurantes Comunitários, alcançam as pessoas em situação de insegurança alimentar e como esse alcance se transformou no período.

1.2 Evolução da Segurança Alimentar no Distrito Federal no período de 2021 a 2026

Para analisar o nível de segurança alimentar e as diferentes gradações da insegurança alimentar no Distrito Federal, foi aplicado o indicador EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. A EBIA é um instrumento padronizado e amplamente utilizado em pesquisas e políticas públicas brasileiras para captar a experiência de insegurança alimentar nos domicílios. Desenvolvida e validada para o contexto brasileiro, a escala abrange diferentes dimensões e gradações do fenômeno, da preocupação com a disponibilidade futura de alimentos até a privação alimentar efetiva, por meio de perguntas sobre experiências vividas nos três meses anteriores à entrevista (Galindo et al., 2025; IBGE, 2020).

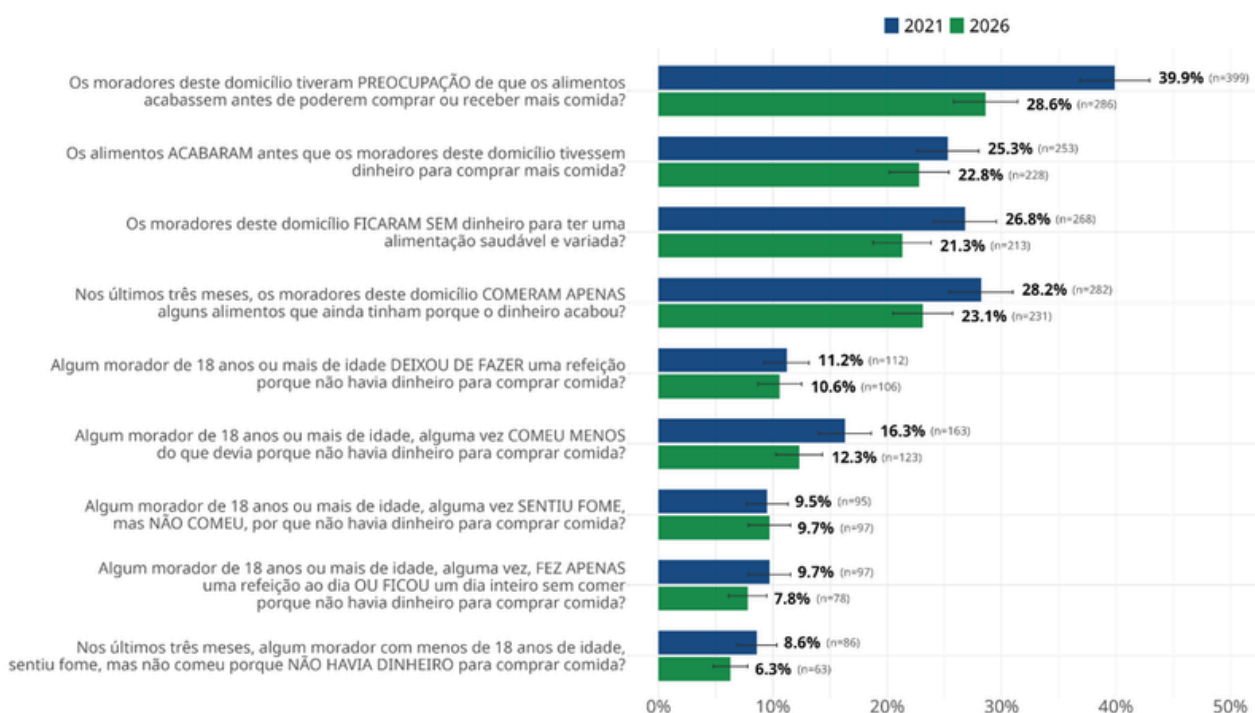
Neste estudo, foi utilizada a versão reduzida de oito itens, aplicada aos moradores adultos do domicílio (18 anos ou mais). A pontuação é obtida pela soma das respostas afirmativas: entrevistados que não relatam nenhuma das situações são classificados em segurança alimentar; aqueles com pontuação de 1 a 3, em insegurança leve, caracterizada principalmente pela preocupação com a disponibilidade futura de alimentos; de 4 a 5 pontos, em insegurança moderada, quando já há redução quantitativa da alimentação entre adultos; e pontuação igual ou superior a 6, em insegurança grave, situação em que adultos relatam ter ficado sem comer ou passado fome.

Em um primeiro momento, os resultados apresentam a proporção de respostas afirmativas aos itens que compõem a escala: situações como a preocupação com a falta de alimentos, a redução quantitativa da alimentação entre adultos e a experiência de fome ao longo de cinco anos entre as duas edições da pesquisa e entre os distintos estratos de renda. Apresentam-se, em sequência, as análises do indicador síntese obtido pela EBIA, que agrega essas respostas em uma classificação segundo o grau de severidade da insegurança alimentar vivenciada pelos entrevistados.

Para o cenário de 2026, a manifestação mais frequente das experiências alimentares no Distrito Federal foi a preocupação com a falta de alimentos, relatada por 28,6% dos entrevistados, seguida pelo consumo restrito ao que ainda havia disponível (22,8%) e pela falta de dinheiro para uma alimentação saudável e variada (21,3%). As situações mais graves, adultos que sentiram fome e não comeram (9,7%) e crianças nessa mesma condição (6,3%), foram as menos frequentes, embora não negligenciáveis.

Em perspectiva comparada com 2021, quatro dos nove indicadores registraram queda estatisticamente significativa: a preocupação com a falta de alimentos recuou 11,3 pontos percentuais (de 39,9% para 28,6%), a falta de dinheiro para alimentação saudável caiu 5,5 pp, o consumo restrito ao que havia disponível reduziu 5,1pp e o relato de adultos que comeram menos do que deveriam recuou 4,0 pp. Os demais cinco itens, incluindo os que indicam experiências de fome, como as de adultos e crianças que sentiram fome e não comeram, não apresentaram variação estatisticamente significativa entre os dois anos: ou seja, as situações de privação alimentar mais severas permaneceram sem melhoria no período.

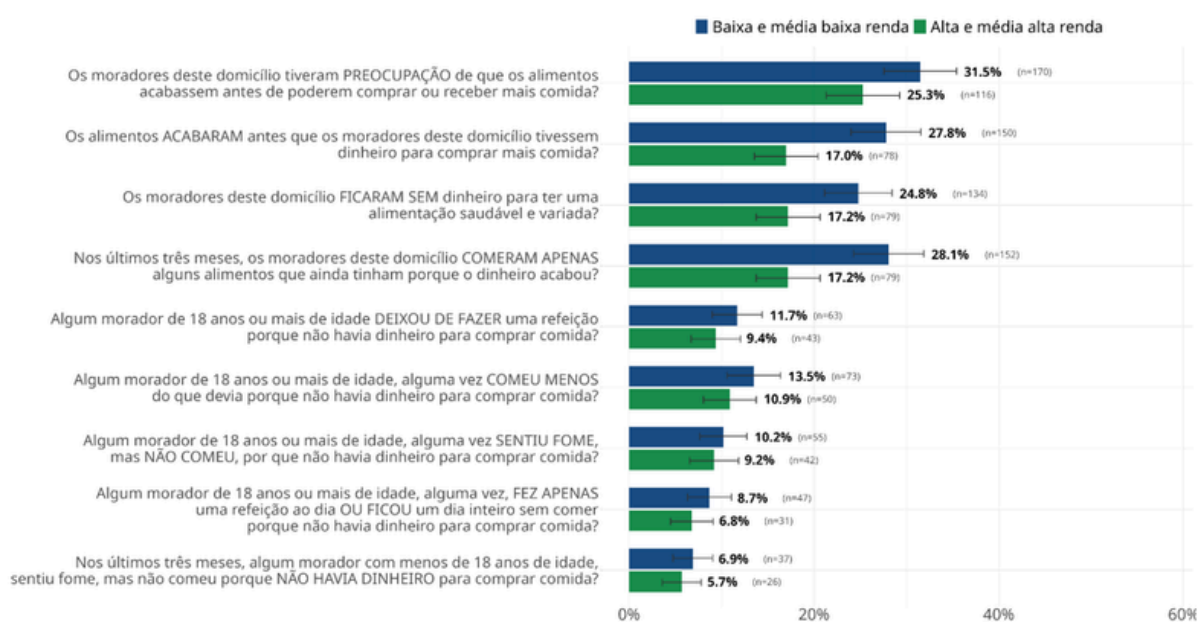
Figura 3: Segurança alimentar: ansiedade ou dúvida sobre a disponibilidade futura de alimentos; redução quantitativa dos alimentos entre adultos e fome no Distrito Federal (2021 e 2026)



Fonte: ObservaDF.

Em 2026, os entrevistados residentes nas RAs de baixa e média baixa renda apresentaram prevalências consistentemente superiores em todos os 9 itens que mensuram a proximidade com a insegurança alimentar, quando comparados aos residentes de RAs de alta e média alta renda. As diferenças estatisticamente significativas concentram-se nas experiências de insegurança relacionadas ao relato de que os alimentos acabaram antes que houvesse dinheiro para comprar mais, com 10,8 pontos percentuais mais frequentes entre os entrevistados residentes em domicílios de menor renda (27,8% vs. 17,0%), assim como o consumo restrito ao que havia disponível (+10,9 pp; 28,1% vs. 17,2%) e a falta de dinheiro para uma alimentação saudável e variada (+7,6 pp; 24,8% vs. 17,2%)^[2].

Figura 4: Segurança alimentar: ansiedade ou dúvida sobre a disponibilidade futura de alimentos; redução quantitativa dos alimentos entre adultos e fome no Distrito Federal de acordo com o rendimento domiciliar *per capita* médio da Região Administrativa (2026)



Fonte: ObservaDF.

Nota: As Regiões Administrativas do Distrito Federal foram agrupadas segundo perfil de renda (de acordo com a Pesquisa Emprego e Desemprego - IPEDF/Dieese). O grupo de alta renda é composto por Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste/Octogonal. O grupo de média-alta renda inclui Águas Claras, Arniqueira, Arniqueiras, Gama, Guarã, Núcleo Bandeirante, Sobraquinho, Taguatinga e Vicente Pires. O grupo de média-baixa renda é composto por Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. O grupo de baixa renda inclui Estrutural/SCIA, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA e Sol Nascente/Pôr do Sol.

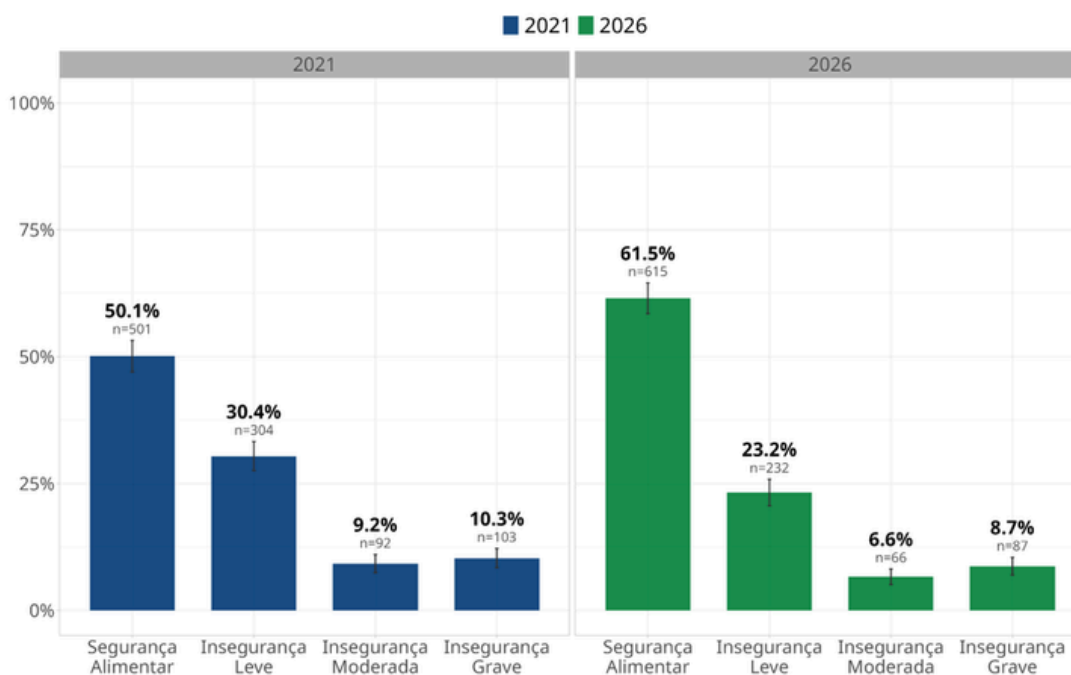
^[2]Em 2026, os entrevistados residentes nas RAs de baixa e média baixa renda apresentaram prevalências consistentemente superiores em todos os 9 itens que mensuram a proximidade com a insegurança alimentar, quando comparados aos residentes de RAs de alta e média alta renda. As diferenças estatisticamente significativas concentram-se nas experiências de insegurança relacionadas ao relato de que os alimentos acabaram antes que houvesse dinheiro para comprar mais, com 10,8 pontos percentuais mais frequentes entre os entrevistados residentes em domicílios de menor renda (27,8% vs. 17,0%), assim como o consumo restrito ao que havia disponível (+10,9 pp; 28,1% vs. 17,2%) e a falta de dinheiro para uma alimentação saudável e variada (+7,6 pp; 24,8% vs. 17,2%)^[2].

Em 2026, 61,5% da população do Distrito Federal encontrava-se em situação de segurança alimentar, enquanto 38,5% vivenciavam algum grau de insegurança alimentar, sendo 23,2% em insegurança leve, 6,6% em insegurança moderada e 8,7% em insegurança grave. São números que revelam que, embora a maioria das pessoas tenha acesso regular e adequado à alimentação, mais de um terço da população ainda enfrenta alguma forma de restrição alimentar, com cerca de 1 em cada 6 indivíduos em situação de insegurança moderada ou grave, condições associadas à redução quantitativa da alimentação e à experiência de fome.

Cabe destacar, também, que há uma diferença de mais de 10 pontos percentuais entre a nossa pesquisa, amostra, com 1000 entrevistados respondendo pela situação do seu domicílio e os 73% dos domicílios que registram segurança alimentar na PNADC. A diferença se deve a questões metodológicas: a PNADC é uma amostra de domicílios, enquanto nossa pesquisa é de cidadãos e cidadãs. A comparação que faz mais sentido, considerando os dados do ObservaDF, é com a pesquisa realizada em 2021. De toda sorte, ambos os números devem ser considerados para avaliar a gravidade da situação no DF.

Em comparação com 2021, observa-se uma melhora estatisticamente significativa em três das quatro categorias. A segurança alimentar aumentou 11,4 pontos percentuais, a insegurança leve recuou 7,2 pp e a insegurança moderada caiu 2,6 pp. Entretanto, a insegurança grave, embora tenha recuado de 10,3% para 8,7%, não apresentou variação estatisticamente significativa no período (IC 95%: -4,2pp a +1,0pp), ponto que indica que as situações de privação alimentar mais severas, em que adultos chegam a ficar sem comer por falta de recursos, permanecem como o desafio mais resistente às melhorias observadas no conjunto da distribuição.

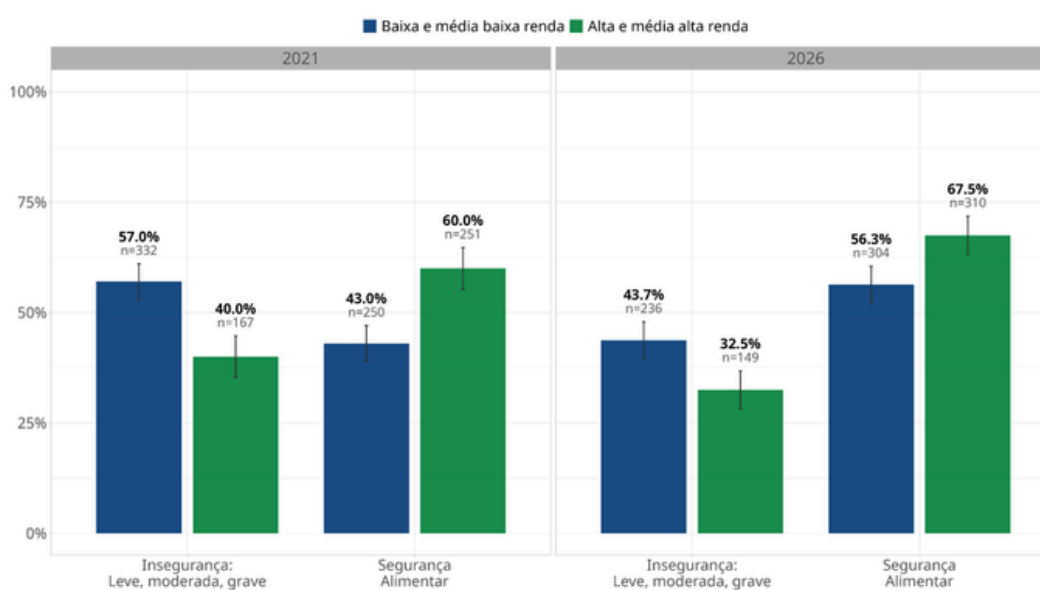
Figura 5: Segurança e Insegurança alimentar no Distrito Federal (2021 e 2026)



Fonte: ObservaDF.

Em 2026, a insegurança alimentar no Distrito Federal é mais prevalente entre residentes de domicílios situados em Regiões Administrativas de baixa e média-baixa renda (43,7%) do que entre aqueles residentes em RAs de alta e média-alta renda (32,5%), padrão já observado em 2021 (57% e 40%, respectivamente). Em perspectiva temporal, contudo, ambos os grupos registraram redução estatisticamente significativa da insegurança alimentar entre os dois anos. A queda foi mais expressiva entre os residentes de domicílios de menor renda (-13,3 pontos percentuais; IC 95%: -19,1pp a -7,5pp).

Figura 6: Proporção da situação de segurança alimentar de acordo com o rendimento domiciliar *per capita* médio da Região Administrativa (2021 e 2026)



Fonte: ObservaDF.

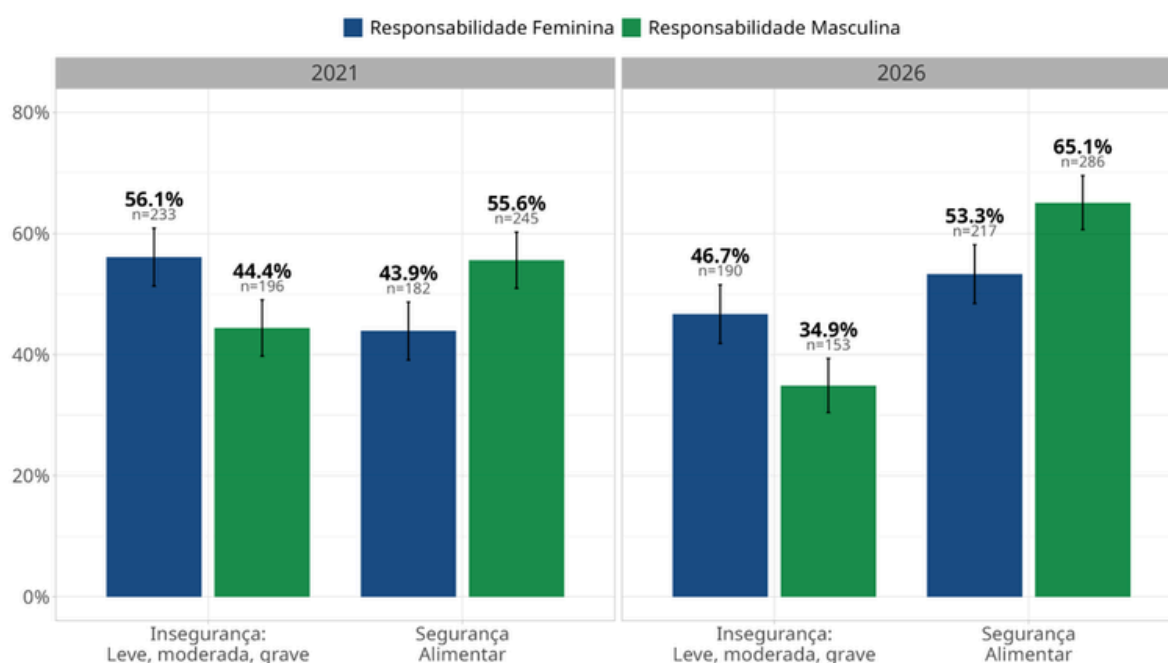
Nota: As Regiões Administrativas do Distrito Federal foram agrupadas segundo perfil de renda (de acordo com a Pesquisa Emprego e Desemprego - IPEDF/Dieese). O grupo de alta renda é composto por Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste/Octogonal. O grupo de média-alta renda inclui Águas Claras, Arniqueira, Arniqueiras, Gama, Guarã, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Taguatinga e Vicente Pires. O grupo de média-baixa renda é composto por Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. O grupo de baixa renda inclui Estrutural/SCIA, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA e Sol Nascente/Pôr do Sol.

Nota: Em 2026 existe um NA para Região Administrativa.

Ao analisar os padrões de segurança alimentar de acordo com características sociodemográficas dos responsáveis em lares chefiados por apenas um responsável, encontramos que em 2026, a insegurança alimentar foi mais predominante entre aqueles que residiam em lares chefiados por mulheres (46,7%) do que entre aqueles com chefiados por homens (34,9%), padrão que já se verificava em 2021 (56,1% e 44,4%, respectivamente). Em ambos os anos, os residentes de domicílios chefiados por mulheres apresentaram proporções de insegurança alimentar cerca de 10 a 12 pontos percentuais superiores às dos residentes de domicílios chefiados por homens.

Em perspectiva temporal, entre 2021 e 2026, ambos os grupos registraram reduções estatisticamente significativas e de magnitude semelhante na insegurança alimentar de domicílios cujos responsáveis são mulheres (-9,4 pp; IC 95%: -16,2 pp a -2,6 pp) e de homens (-9,5 pp; IC 95%: -15,9 pp a -3,1 pp), com aumento correspondente na segurança alimentar. A similaridade na magnitude da mudança pode indicar que a melhora no período foi proporcional entre os dois grupos, sem redução da desigualdade: a diferença de aproximadamente 10 pontos percentuais entre os residentes de lares com responsabilidade feminina e masculina permaneceu inalterada ao longo dos cinco anos.

Figura 7: Proporção da situação de segurança alimentar de acordo com o sexo da pessoa responsável pelo domicílio, em casos de único responsável (2021 e 2026)

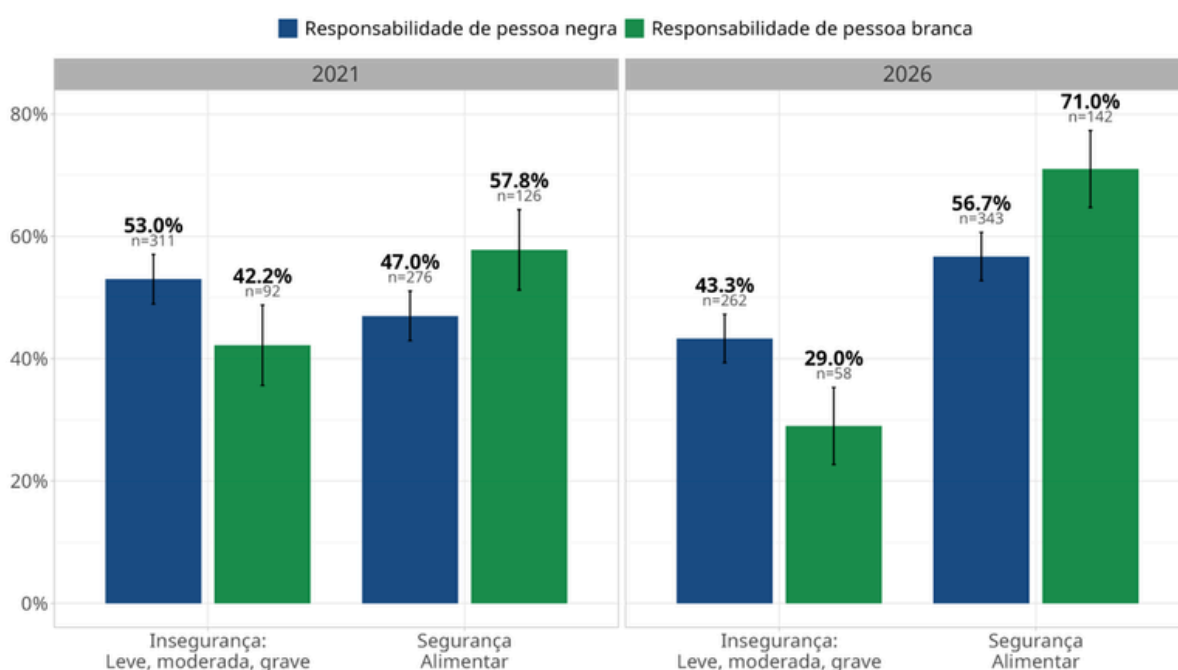


Fonte: ObservaDF.

Além disso, em 2026, a insegurança alimentar foi maior entre aqueles que residem em domicílios cujos responsáveis são pessoas autodeclaradas negras (43,3%) do que entre aqueles cujos responsáveis são pessoas autodeclaradas brancas (29,0%), diferença de 14,3 pontos percentuais que pode refletir uma desigualdade racial no acesso à alimentação adequada que já se observava em 2021 (53,0% e 42,2%, respectivamente).

Em perspectiva temporal, ambos os grupos registraram reduções estatisticamente significativas na insegurança alimentar entre 2021 e 2026. Contudo, a magnitude da melhora foi maior entre os entrevistados que moravam em domicílios de responsabilidade de pessoas brancas (-13,2 pp; IC 95%: -22,3 pp a -4,1pp) do que entre os de responsabilidade de pessoas negras (-9,7 pp; IC 95%: -15,3 pp a -4,1 pp), ou seja, embora ambos os grupos tenham melhorado, a redução foi proporcionalmente maior entre os domicílios de responsabilidade de pessoas brancas.

Figura 8: Proporção da situação de segurança alimentar de acordo com raça/cor da pessoa responsável pelo domicílio, em casos de responsabilidade única (2021 e 2026)

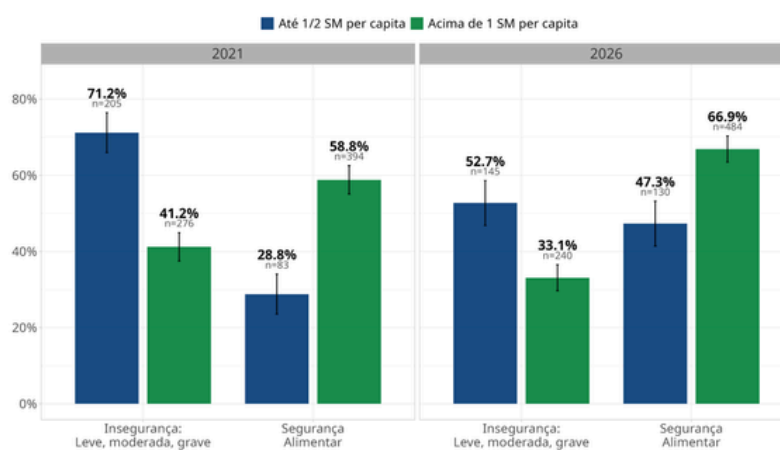


Fonte: ObservaDF.

Analizamos também os padrões de insegurança alimentar de acordo com a renda per capita. Em 2026, a insegurança alimentar foi substancialmente mais prevalente entre indivíduos com renda per capita familiar de até 1/2 salário mínimo (52,7%) do que entre aqueles com renda per capita familiar acima de 1 salário mínimo (33,1%), diferença de 19,6 pontos percentuais. Esse gradiente socioeconômico já se observava em 2021, quando a diferença entre os dois grupos era ainda mais expressiva: 71,2% de insegurança alimentar entre os de menor renda contra 41,2% entre os de maior renda, uma distância de 30,0 pontos percentuais.

Em perspectiva temporal (2021–2026), ambos os grupos registraram reduções estatisticamente significativas na insegurança alimentar, com a magnitude da melhora consideravelmente maior entre os de menor renda familiar. Entre aqueles com renda per capita familiar de até 1/2 salário mínimo, a insegurança alimentar recuou 18,5 pontos percentuais (IC 95%: -26,4 pp a -10,6 pp), queda mais do que o dobro da observada entre as pessoas com renda per capita familiar acima de 1 salário mínimo (-8,1 pp; IC 95%: -13,2 pp a -3,0 pp). Embora a melhora tenha sido proporcionalmente maior entre os mais vulneráveis, ainda assim, a insegurança alimentar permanece expressivamente concentrada entre as famílias de menor renda.

Figura 9: Proporção da situação de segurança alimentar, conforme renda *per capita* familiar (2021 e 2026)



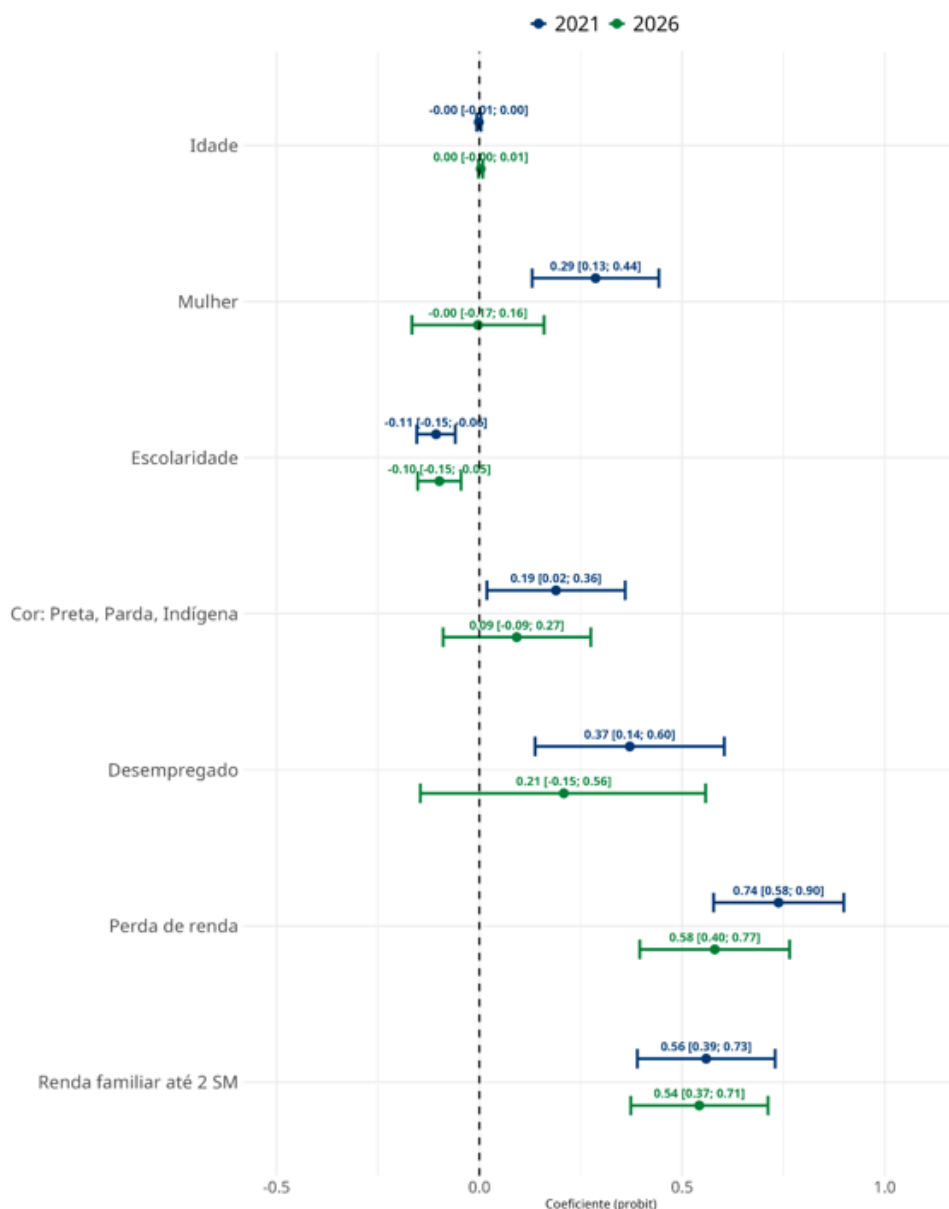
Fonte: ObservaDF.
Nota: Existem 42 NAs na renda em 2021.

Por fim, desenvolvemos uma análise multivariada para identificar quais características sociodemográficas podem estar associadas a níveis mais elevados de insegurança alimentar. Para tal, empregou-se modelos de regressão ordinal, considerando a natureza ordinal da variável dependente: o nível de insegurança alimentar, organizado em categorias de segurança alimentar, insegurança leve, insegurança moderada e insegurança grave. Nesse ordenamento, coeficientes positivos indicam maior probabilidade de pertencimento a categorias mais severas de insegurança alimentar. Os resultados estimados são apresentados graficamente para facilitar sua interpretação.

O modelo dos determinantes da insegurança alimentar no DF inclui o gênero, em uma variável que indica se a respondente é mulher; a faixa etária medida com cinco pontos; a cor ou raça, com valor um (1) para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas; a escolaridade medida com nove pontos; a condição/ocupação profissional com o valor (1) para os desempregados; a situação de perda de renda com (1) para aqueles que perceberam que a renda diminuiu nos últimos três anos e a renda familiar de até dois salários mínimos.

Os fatores associados à maior probabilidade de insegurança alimentar foram, em 2021: ser mulher, autodeclarar-se preto, pardo ou indígena e estar desempregado. Fatores constantes em 2021 e 2026 foram escolaridade, perda de renda e renda familiar de até dois salários mínimos. Assim, entende-se que pessoas com níveis mais baixos de escolaridade, indivíduos que experimentaram perda de renda nos últimos anos e aqueles com renda familiar de até dois salários mínimos apresentaram maior probabilidade de pertencerem ao grupo de pessoas em insegurança alimentar.

Modelo 1: Resultados para Regressão Multivariada Ordinal, perfil da população em Insegurança alimentar - Distrito Federal (2021 e 2026)



Fonte: ObservaDF.

Nota: Análise Ordinal Probit de Insegurança Alimentar no DF.

Número de observações (2021): 958.

Número de observações (2026): 999.

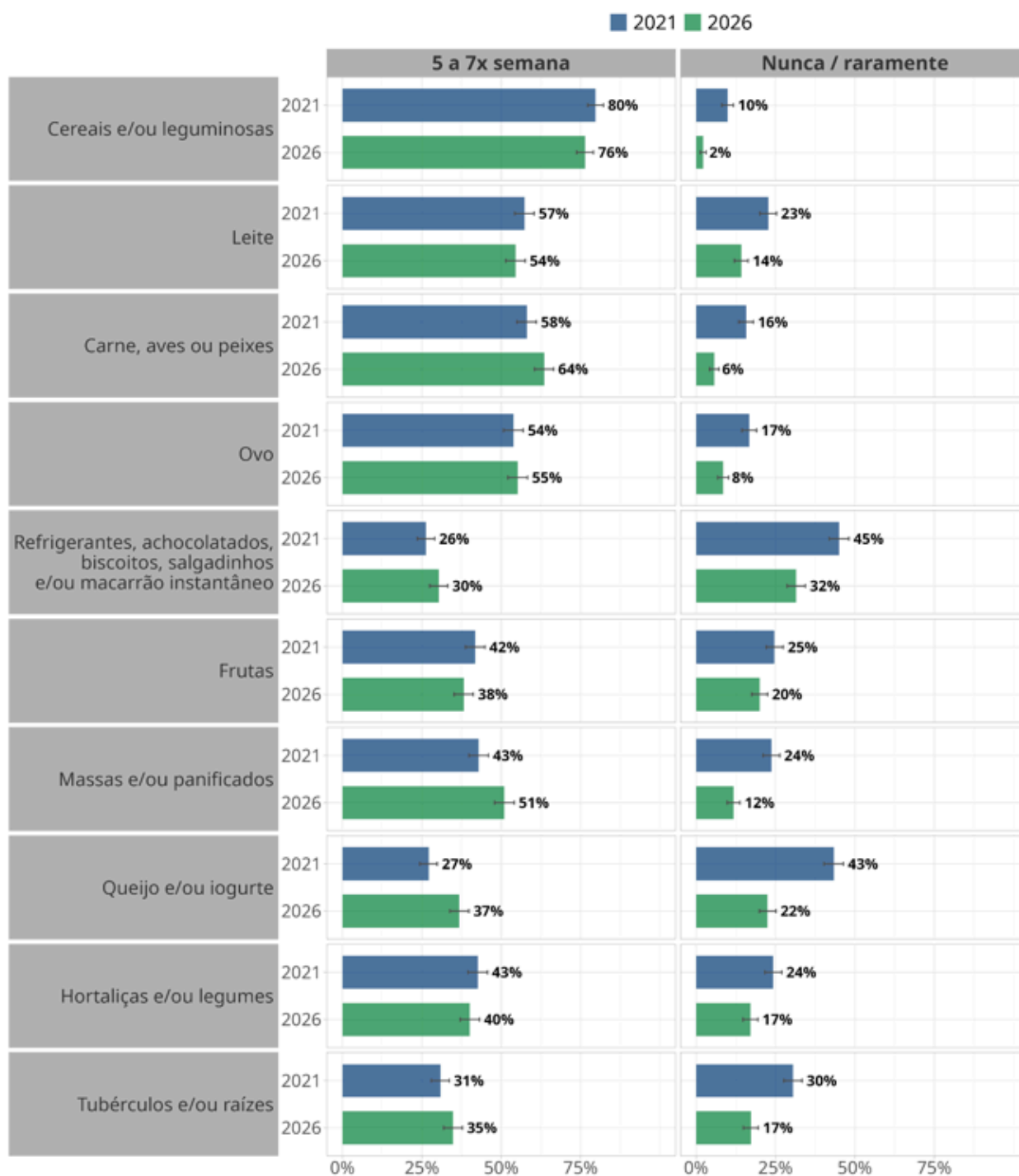
2. Hábitos alimentares no Distrito Federal

Além da dimensão da segurança alimentar, investigamos também os hábitos alimentares do brasileiro, lançando luz sobre o que se come e com que frequência determinado alimento está presente na dieta. Para tal, nesta seção investigamos os hábitos de consumo de alimentos, analisados por meio de perguntas sobre a frequência semanal de consumo de dez grupos de alimentos, de itens básicos como cereais, carnes e hortaliças a produtos ultraprocessados como refrigerantes, biscoitos e salgadinhos. Os dados são analisados para o ano de 2026 e em perspectiva temporal, comparando os achados para 2021 e 2026 da pesquisa, com o objetivo de identificar mudanças importantes no padrão alimentar da população ao longo do período.

Em 2026, o padrão alimentar da população do Distrito Federal é marcado pela predominância de alimentos básicos consumidos com alta frequência. Cereais e leguminosas lideram o consumo cotidiano, com 76,4% dos entrevistados relatando consumo de 5 a 7 vezes por semana, seguidos por carne, aves ou peixes (63,5%), ovo (55,2%) e leite (54,5%). Frutas e hortaliças apresentam consumo diário em proporções menores (38,2% e 40,1%, respectivamente), enquanto queijo e iogurte, desde 2021 menos presentes na dieta, já registram consumo frequente em 36,8% dos entrevistados. No polo oposto, o consumo nunca ou raramente de queijo e iogurte ainda atinge 22,5% da população em 2026, e de tubérculos, 17,2%. O grupo de ultraprocessados (refrigerantes, achocolatados, biscoitos, salgadinhos e macarrão instantâneo) é consumido diariamente por 30,3% dos entrevistados.

A comparação temporal revela que houve uma incorporação expressiva do consumo de queijo e iogurte à dieta da população na medida em que o consumo nunca ou raramente caiu de 43,3% para 22,5% (-20,8pp), com aumento simultâneo nas faixas de 1 a 4 vezes semanais (+11,8pp) e de 5 a 7 vezes (+9,7pp). Tubérculos e raízes também registraram queda acentuada no não consumo (-13,3pp) e aumento na frequência intermediária (+9,7pp). Carne, aves ou peixes apresentaram o maior crescimento no consumo diário (+5,5pp) e a maior queda no não consumo (-10,0pp), o que pode sugerir ampliação do acesso a proteínas animais. Massas e panificados também registraram aumento significativo no consumo diário (+8,1pp).

Figura 10: Consumo de alimentos no Distrito Federal (2021 e 2026)



Fonte: ObservaDF.

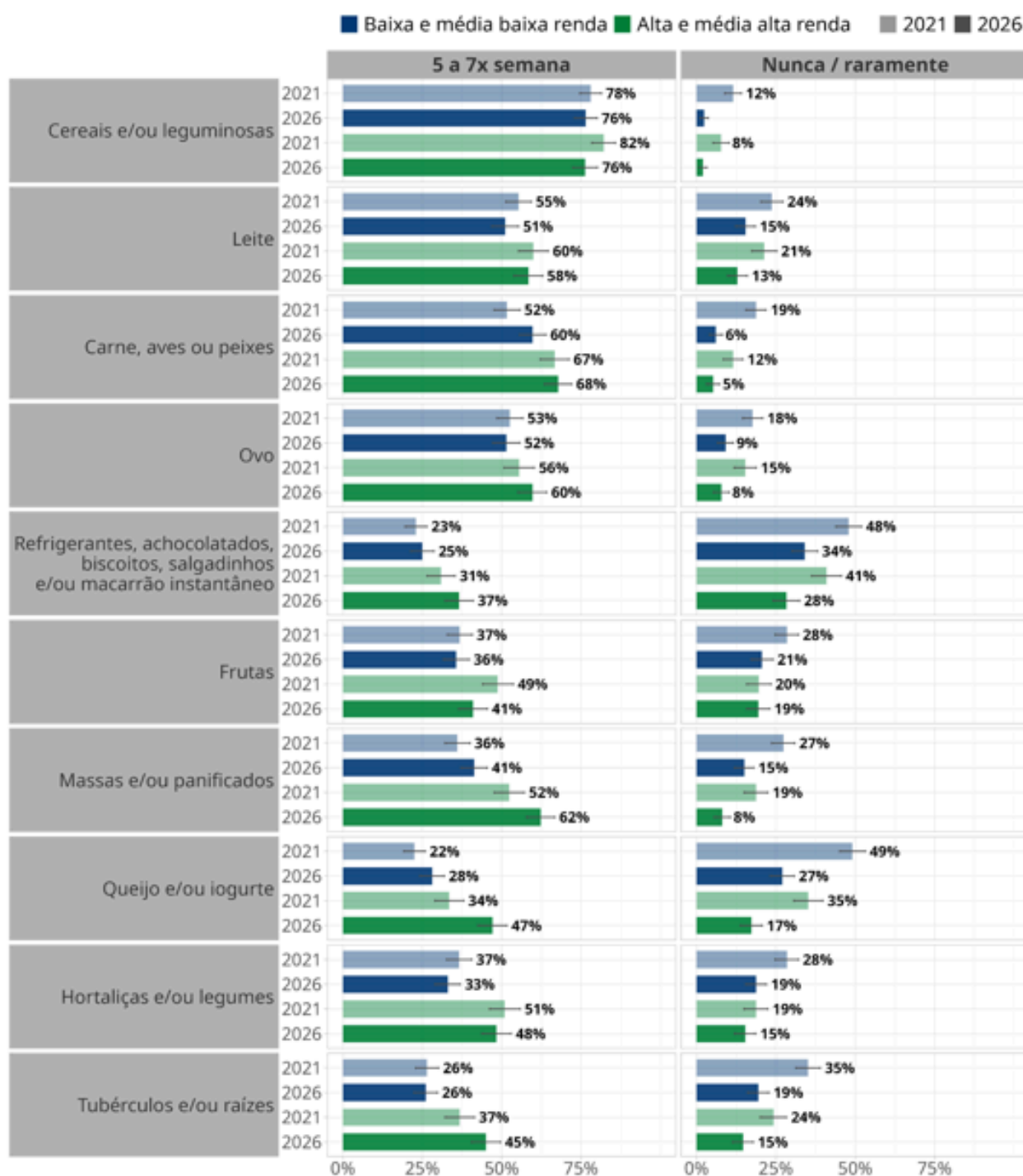
Analisamos também o padrão de consumo da população do DF comparativamente entre os residentes de Regiões Administrativas de alta e média alta renda e os residentes de Regiões Administrativas de baixa e média baixa renda. Em 2026, os dois grupos compartilham o predomínio de cereais e leguminosas no consumo diário, 76,3% entre os de alta renda e 76,5% entre os de baixa renda, sem diferença prática. Carne, aves ou peixes também apresenta alta frequência nos dois grupos (67,8% e 59,8%), assim como ovo (59,7% e 51,5%) e leite (58,4% e 51,1%).

As diferenças mais expressivas em 2026 entre os residentes de Regiões Administrativas de alta e média alta renda e os residentes de Regiões Administrativas de baixa e média baixa renda concentram-se na diversidade alimentar. Hortaliças e legumes são consumidos diariamente por 48,4% dos entrevistados residentes de RAs alta e média alta renda contra 33,0% dos de baixa e média baixa renda, diferença de 15,4pp. Tubérculos apresentam diferença semelhante (45,1% vs. 26,1%), assim como queijo e iogurte (47,1% vs. 28,1%) e massas e panificados (62,3% vs. 41,3%). Em todos esses alimentos, o grupo de maior renda apresenta proporções de consumo diário substancialmente superiores.

Em perspectiva temporal, ambos os grupos registraram as mesmas tendências gerais. As mudanças mais expressivas ocorreram em queijo e iogurte nos dois grupos: queda de 18,0pp no não consumo entre os de alta renda e de 22,1pp entre os de baixa renda, sendo esta a maior variação observada em qualquer alimento nos dois grupos. Entre os residentes de RAs de baixa e média baixa renda, tubérculos também registraram mudança expressiva: queda de 15,7pp no nunca ou raramente e aumento de 16,5pp na frequência de 1 a 4 vezes semanais, o que sugere maior incorporação desse alimento à dieta no período.

Para os ultraprocessados, ambos os grupos registraram queda no não consumo, -12,6pp entre os de alta renda e -13,8pp entre os de baixa renda com crescimento correspondente nas frequências maiores.

Figura 11: Consumo de alimentos em Regiões Administrativas de Média alta e Alta renda e em Regiões Administrativas de baixa e média baixa renda (2021 e 2026)



Fonte: ObservaDF.

Nota: As Regiões Administrativas do Distrito Federal foram agrupadas segundo perfil de renda (de acordo com a Pesquisa Emprego e Desemprego - IPEDF/Dieese). O grupo de alta renda é composto por Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste/Octogonal. O grupo de média-alta renda inclui Águas Claras, Arniqueira, Arniqueiras, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Taguatinga e Vicente Pires. O grupo de média-baixa renda é composto por Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. O grupo de baixa renda inclui Estrutural/SCIA, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA e Sol Nascente/Pôr do Sol.

3. Políticas sociais distritais e o combate à fome: Restaurante comunitário e Programa Cartão Prato Cheio

Além das análises sobre insegurança alimentar e padrões de alimentação, buscamos investigar de que maneira as políticas públicas de assistência alimentar implementadas no Distrito Federal têm alcançado a população e contribuído para a mitigação da fome. Foram analisadas duas iniciativas centrais voltadas à garantia do acesso à alimentação: os Restaurantes Comunitários e o programa Cartão Prato Cheio. Ambas as políticas buscam atender populações em situação de vulnerabilidade social, seja por meio da oferta direta de refeições a baixo custo, seja pela transferência de recurso financeiro destinado à compra de alimentos.

Com a inauguração da unidade do Varjão, em outubro de 2024, a quarta aberta desde 2019, o Distrito Federal passou a contar com 18 restaurantes comunitários em funcionamento. Instituído pela Lei nº 4.208, de 25 de setembro de 2008, e regulamentado pelo Decreto nº 29.975, de 27 de janeiro de 2009, o programa Restaurante Comunitário tem como finalidade promover o Direito Humano à Alimentação Adequada. A política busca ampliar o acesso da população a refeições nutricionalmente adequadas, com prioridade para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social^[3].

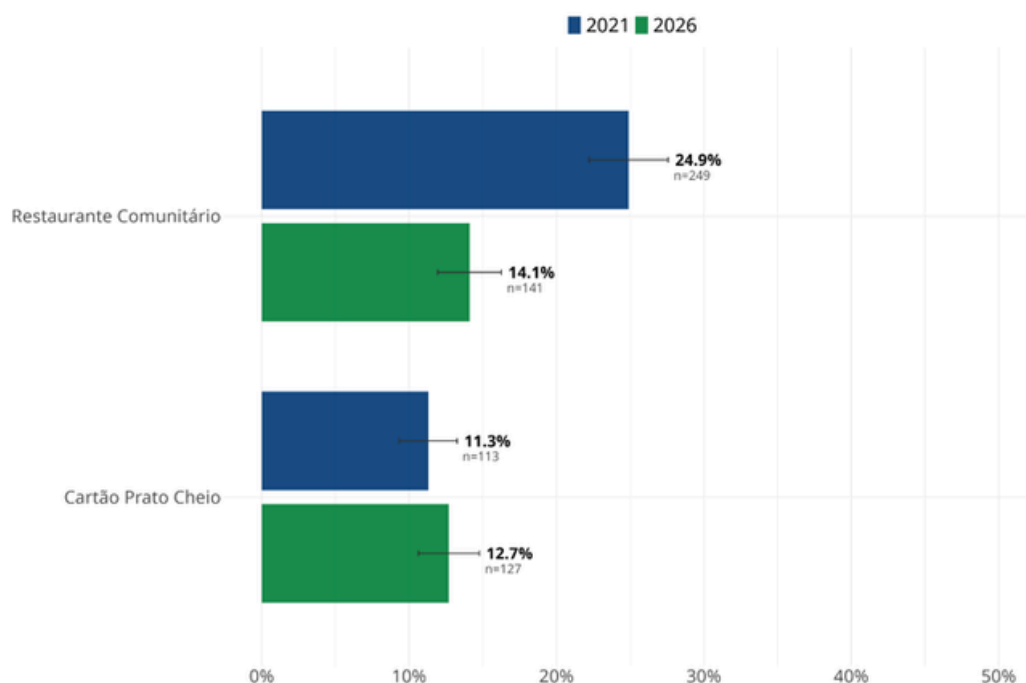
Já o Cartão Prato Cheio, criado em 2020, consiste em um benefício temporário de transferência de renda destinado a famílias em situação de insegurança alimentar. O programa garante um crédito mensal, inicialmente concedido por seis meses, para auxiliar na compra de alimentos. São elegíveis pessoas com renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo, residentes no Distrito Federal, inscritas no Cadastro Único e em situação de insegurança alimentar, além de pessoas em situação de rua acompanhadas pela rede de assistência social em processo de saída das ruas. O programa também estabelece critérios de prioridade para famílias monoparentais chefiadas por mulheres com crianças de até seis anos, bem como para famílias com pessoas idosas ou com deficiência. O benefício é operacionalizado por meio de um cartão na função débito, utilizável em estabelecimentos comerciais credenciados^[4].

[3] Fontes: <https://www.sedes.df.gov.br/w/restaurante-comunitario-do-varjao-e-o-quarto-inaugurado-por-este-gdf-desde-2019> e <https://www.sedes.df.gov.br/restaurantes-comunitarios>

[4] Fonte: <https://www.sedes.df.gov.br/w/credito-de-fevereiro-do-cartao-prato-cheio-foi-liberado>

Os dados do ObservaDF mostram uma cobertura do Cartão Prato Cheio de 11,3% da população pesquisada em 2021 e de 12,7% em 2026, permanecendo inalterada. Já a proporção de entrevistados que afirmaram que eles próprios ou alguém da família realizaram refeições ou compraram alimentos em restaurantes comunitários no último mês caiu de 24,9% da amostra, em 2021, para 14,1%, em 2026, redução de 10,8 pontos percentuais estatisticamente significativa (IC 95%: -14,2pp a -7,4pp). Apesar da ampliação do número de unidades desde 2019, a utilização dos restaurantes comunitários parece ter diminuído ao longo dos últimos cinco anos.

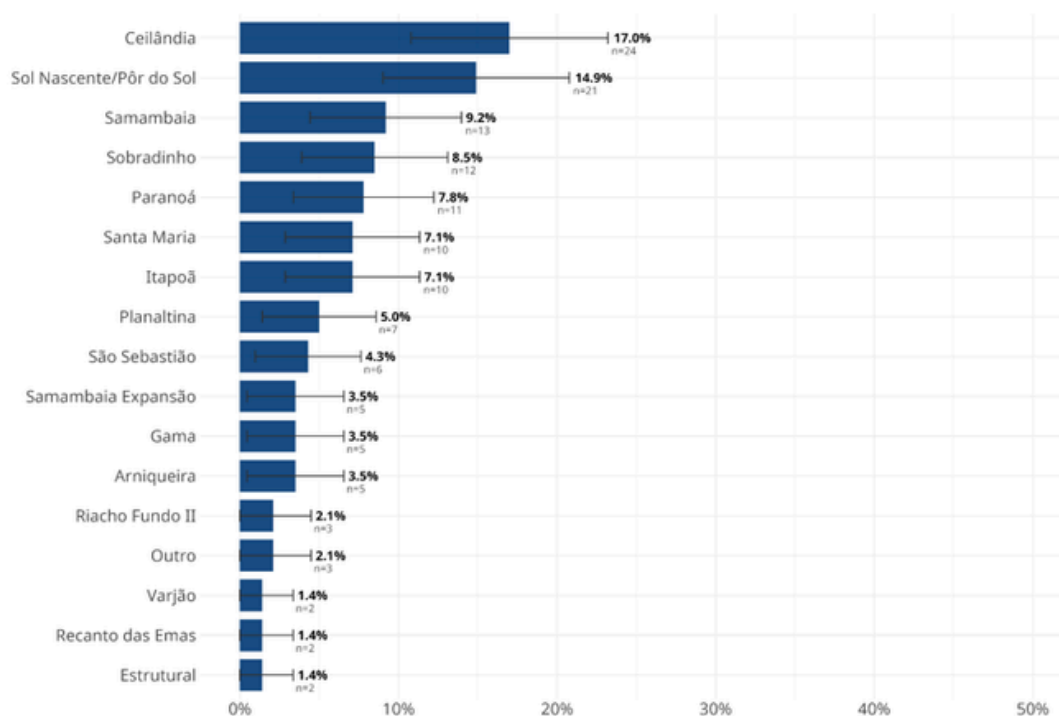
Figura 12: Cobertura de políticas públicas de alimentação no Distrito Federal: Restaurante Comunitário e Cartão Prato Cheio (2021 e 2026)



Fonte: ObservaDF.

Entre os 141 usuários de restaurantes comunitários entrevistados em 2026, Ceilândia concentrou a maior parcela dos frequentadores (17,0%), seguida de Sol Nascente/Pôr do Sol (14,9%) e Samambaia (9,2%). Essas três regiões administrativas, reconhecidas como áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica no DF, respondem, juntas, por mais de 40% das refeições relatadas. Na outra ponta, Estrutural, Recanto das Emas e Varjão registraram as menores proporções, cada uma com 1,4% dos frequentadores.

Figura 13: Frequência em Restaurantes Comunitários no DF (2026)

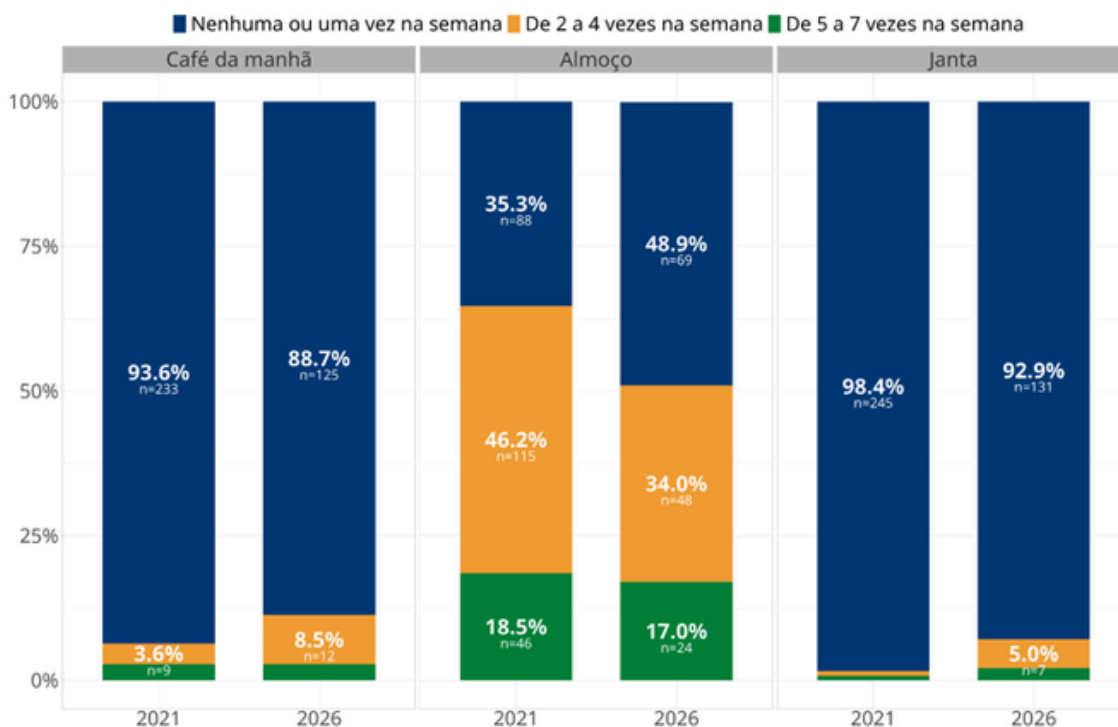


Fonte: ObservaDF.

Entre os usuários de restaurantes comunitários, o almoço é de longe a refeição mais realizada nesses equipamentos, enquanto café da manhã e jantar têm uso residual nas duas edições da pesquisa. Em 2021, 64,7% dos frequentadores realizavam o almoço no restaurante ao menos duas vezes por semana, sendo 46,2% de 2 a 4 vezes e 18,5% de 5 a 7 vezes, enquanto 35,3% frequentavam uma vez ou menos por semana. Em 2026, esse padrão se inverteu: 48,9% dos usuários passaram a frequentar uma vez ou menos por semana para o almoço, e 51% ao menos duas vezes, sendo 34,0% de 2 a 4 vezes e 17,0% de 5 a 7 vezes. Apesar da inversão na categoria mais frequente, a proporção de uso intensivo (5 a 7 vezes) permaneceu estável entre os dois anos (18,5% em 2021 e 17,0% em 2026).

Para o café da manhã e a janta, o padrão é de não utilização em ambos os anos. Em 2021, 93,6% dos frequentadores não realizavam ou realizavam o café da manhã apenas uma vez por semana no restaurante, proporção que se manteve elevada em 2026 (88,7%). A janta seguiu o mesmo padrão, com 98,4% em 2021 e 92,9% em 2026 na categoria de menor frequência.

Figura 14: Refeições no Restaurante Comunitário: café da manhã, almoço e janta (2021 e 2026)

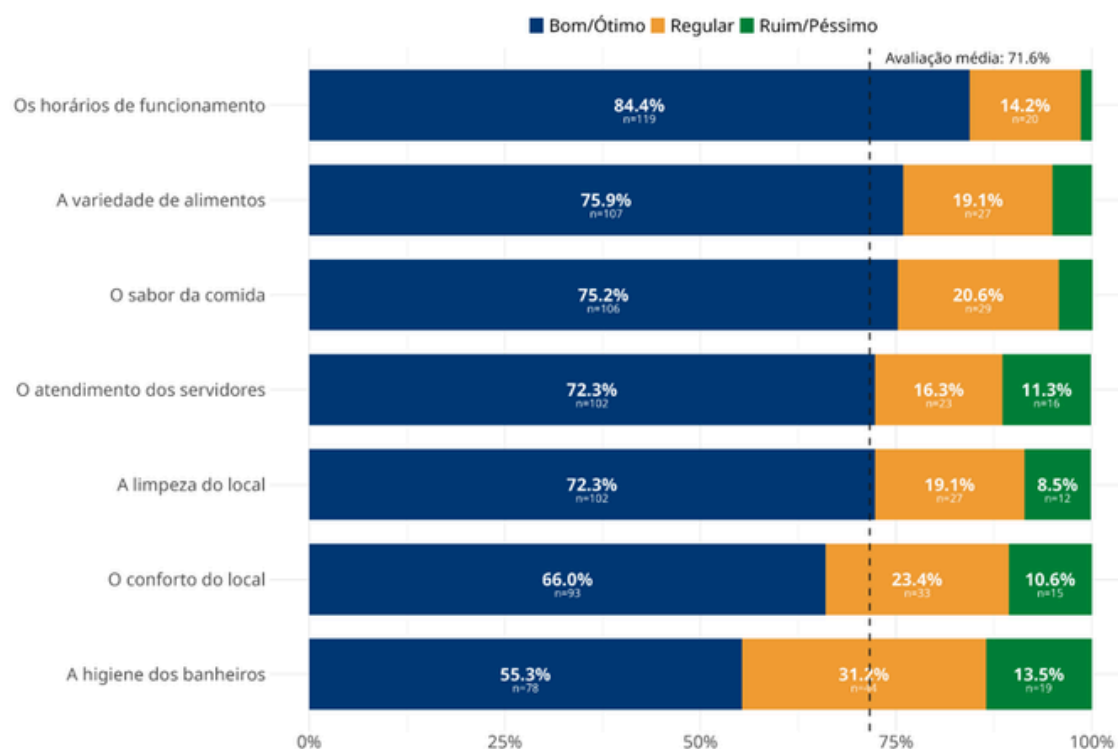


Fonte: ObservaDF.

Nota: Atualmente existem 18 Restaurantes Comunitários no DF. Unidades que servem café da manhã, almoço e jantar: Arniqueira; Brazlândia; Ceilândia Norte; Estrutural; Gama; Itapoã; Paranoá; Planaltina; Recanto das Emas; Riacho Fundo II; Samambaia (Rorizão); Samambaia Expansão; Santa Maria; São Sebastião; Sobradinho; Sol Nascente / Pôr do Sol; e Varjão. Unidades que servem café da manhã e almoço: Ceilândia Centro.

Aos que frequentavam os restaurantes comunitários, também perguntamos como avaliavam os diferentes aspectos da estrutura e atendimento desse aparelho público. Em média, 71,62% dos respondentes avaliaram os aspectos dos restaurantes comunitários como “Bom” ou “Ótimo”. Os horários de funcionamento receberam a melhor avaliação, com 84,4% dos respondentes classificando-os como bom ou ótimo, seguidos pela variedade de alimentos (75,9%) e pelo sabor da comida (75,2%). Limpeza do local e atendimento dos servidores empataram em 72,3% de avaliações positivas. O aspecto com pior desempenho foi a higiene dos banheiros, único item em que a avaliação positiva ficou abaixo de 60% (55,3%), com 31,2% dos respondentes classificando-a como regular e 13,5% como ruim ou péssimos. No conjunto, os resultados sugerem que os restaurantes comunitários são bem avaliados em seus aspectos centrais: alimentação e atendimento.

Figura 15: Percepções do usuário: avaliação dos Restaurantes Comunitários no DF (2026)



Fonte: ObservaDF.

Segurança alimentar e políticas do cartão prato cheio e restaurantes comunitários: quem se beneficia das políticas sociais?

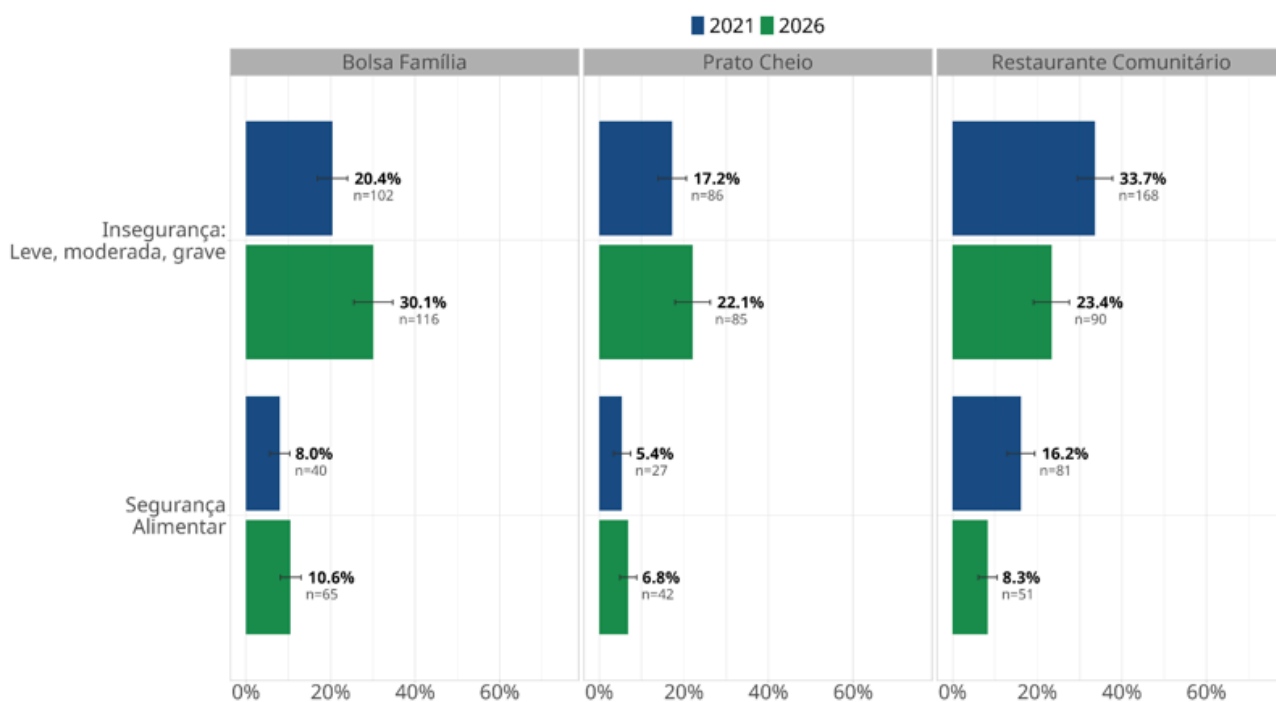
Ao investigar a cobertura das políticas sociais de mitigação da fome, constatamos que ela permanece restrita tanto em 2021 quanto em 2026. Para verificar se os programas alcançam efetivamente quem mais precisa, analisamos, entre as pessoas em situação de insegurança alimentar, qual a proporção que é beneficiária de cada política.

Encontramos que o benefício do Cartão Prato Cheio atinge apenas 22,1% dos entrevistados em insegurança alimentar e não ampliou sua cobertura no período (o crescimento de 4,8 pontos percentuais observado não é estatisticamente significativo). O Bolsa Família alcança 30,1% desse grupo e foi o único programa a registrar expansão significativa de cobertura entre 2021 e 2026.

-Já o Restaurante Comunitário é frequentado por 23,4% dos entrevistados em insegurança alimentar em 2026, e apresentou queda expressiva em relação a 2021. O fato de os restaurantes comunitários serem muito bem avaliados por seus usuários e ainda assim termos encontrado um contingente menor de frequentadores em 2026 pode sugerir que o problema está no acesso e não na qualidade do serviço prestado. Políticas que ampliassem o acesso aos Restaurantes Comunitários, como eram em 2021, seguem sendo em 2026.

Em síntese, as políticas sociais dos governos federal e distrital voltadas à segurança alimentar mantêm, de 2021 a 2026, embora a cobertura do bolsa família tenha aumentado, uma cobertura insuficiente entre a população mais vulnerável, deixando de alcançar parcelas majoritárias de quem se encontra em situação de insegurança alimentar.

Figura 16: Cobertura das políticas sociais no Distrito Federal para pessoas em insegurança alimentar: bolsa família, prato cheio e restaurante comunitário (2021 e 2026)

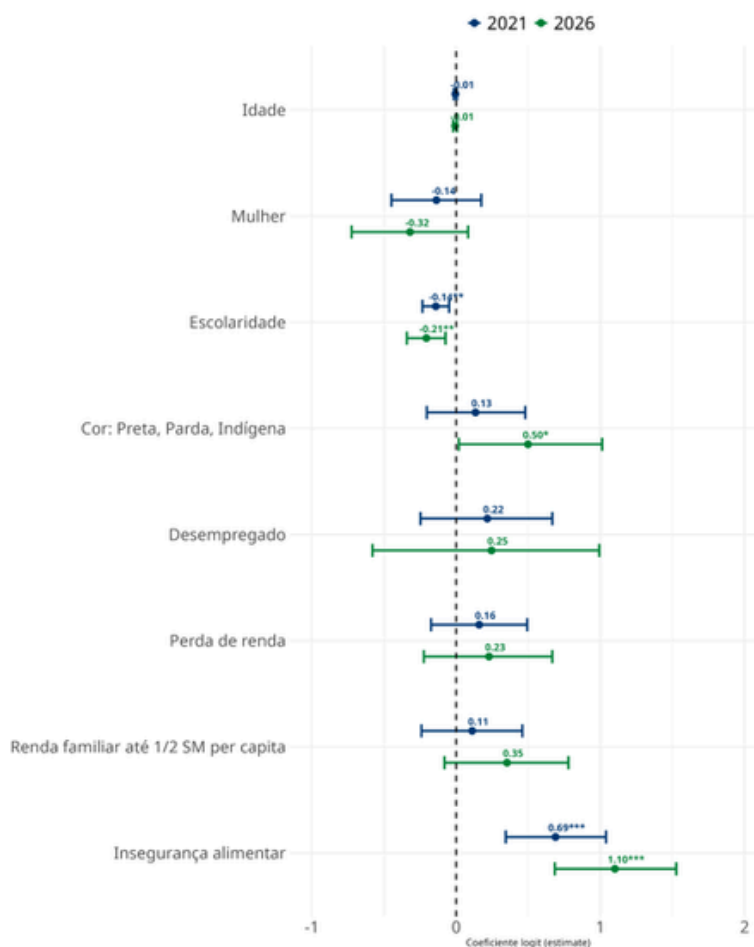


Fonte: ObservaDF.

Após analisar a cobertura das políticas sociais federais e distritais, desenvolvemos uma análise multivariada para identificar o perfil dos beneficiários de cada programa do governo distrital. Para isso, estimamos dois modelos de regressão logística, tendo como variáveis dependentes, respectivamente, ser frequentador de restaurantes comunitários e ser beneficiário do Cartão Prato Cheio. Em ambos os modelos, foram incluídas variáveis socioeconômicas e indicadores de insegurança alimentar.

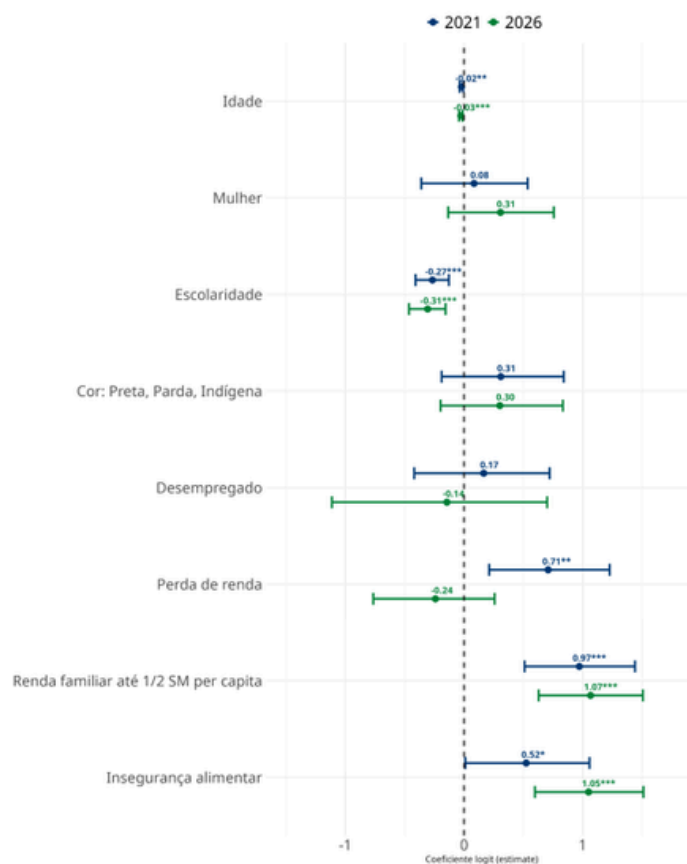
Os resultados indicam que a frequência aos restaurantes comunitários está associada à baixa escolaridade, à autodeclaração de cor preta, parda ou indígena e à presença de algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave). Já o perfil dos beneficiários do Cartão Prato Cheio caracteriza-se por ser mais jovem, ter baixa escolaridade, residir em domicílios com renda per capita de até meio salário mínimo e estar em situação de insegurança alimentar em qualquer de seus graus.

Modelo 2: Fatores associados à utilização de restaurantes comunitários no Distrito Federal (2021 e 2026)



Nota: Modelos de regressão logística (1 = frequentou restaurantes comunitários). Níveis de significância: *** p<0,001; ** p<0,01; * p<0,05; . p<0,1.
 Número de observações (2021): 958.
 Número de observações (2026): 900.

Modelo 3: Fatores associados ao recebimento do Cartão Prato Cheio no Distrito Federal (2021 e 2026)



Nota: Modelos de regressão logística (1 = beneficiário do programa cartão prato cheio). Níveis de significância: *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$; . $p < 0,1$.
Número de observações (2021): 958.
Número de observações (2026): 900.

4. Conclusão

O estudo aqui apresentado apresentou uma comparação inédita do DF com outras unidades da federação, em dois momentos de sua história, indicando, com detalhes, a evolução da situação de insegurança alimentar na região. Em fins de 2021, o DF vivia ainda em situação de extrema carência, ainda sofrendo com as cumulativas perdas geradas pela pandemia de Covid-19. Claramente houve melhora de 2021 a 2026, mas a questão alimentar segue preocupante e as políticas públicas ainda são insuficientes para atender ao público que as requer.

Por outro lado, o Distrito Federal vive uma situação paradoxal quando comparado às demais Unidades da Federação. Ao mesmo tempo em que é uma das regiões com o PIB per capita e a renda entre as mais elevadas, é uma das regiões mais desiguais do país. Essa desigualdade se reflete e possivelmente tem sua face mais sinistra, no acesso à alimentos. A situação do DF no que tange à insegurança alimentar de sua população reafirma o caráter cumulativo das desigualdades, que se somam e se sobrepõem. Assim, infelizmente, a desigualdade da fome continua sendo um grave problema em uma das unidades da federação mais ricas, situação intolerável para quem almeja uma sociedade mais justa.

5. Referências

GALINDO, Eryka et al. Insegurança alimentar e desigualdades alimentares no Brasil no contexto da pandemia. *Opinião Pública*, v. 31, p. e31114, 2025.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 65 p. ISBN 978-65-87201-20-7, 2020.

Apêndice: Nota Metodológica

A análise baseia-se em pesquisa de opinião pública com amostra representativa da população urbana do Distrito Federal, que incluiu 1.000 entrevistas realizadas entre 10 e 19 de abril de 2026. Os dados desta edição são apresentados em comparação com o primeiro relatório do ObservaDF, publicado em 2021, também conduzido com amostra de mesma característica e tamanho, com trabalho de campo realizado entre 3 e 10 de dezembro daquele ano.

Os resultados são apresentados em duas perspectivas: análises temporais, que comparam os indicadores de 2021 e 2026, e análises específicas com foco no ano de 2026. Para as comparações temporais, foram calculados intervalos de confiança a 95% para a diferença entre as proporções observadas nos dois anos, com base na fórmula do erro padrão para diferença entre duas proporções independentes. Uma diferença é considerada estatisticamente significativa quando o intervalo de confiança da diferença não inclui o valor zero, ou seja, quando é possível afirmar, com 95% de confiança, que a variação observada entre os dois anos não é atribuível ao acaso amostral. Nos casos em que o intervalo de confiança da diferença inclui o zero, a variação é tratada como sem diferença significativa, independentemente da direção ou magnitude pontual observada.

Adicionalmente, todos os gráficos apresentam barras de erro individuais para cada estimativa, correspondentes ao intervalo de confiança a 95% de cada proporção. Essas barras permitem comparar categorias dentro de um mesmo ano, quando os intervalos de duas categorias não se sobrepõem, é o indicativo de diferença entre elas. Todos os resultados são apresentados em termos percentuais e em números absolutos da amostra.

Ao longo do relatório, utilizamos o agrupamento proposto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) das Regiões Administrativas do Distrito Federal em grupos de acordo com o rendimento per capita médio da RA: alta renda, média-alta renda, média-baixa renda e baixa renda. Para simplificação das análises, esses grupos foram reagrupados em dois: RAs de alta e média-alta renda e RAs de média-baixa e baixa renda. Essa simplificação foi adotada após verificarmos que as distribuições dos indicadores investigados eram próximas entre as categorias internas de cada par, ou seja, alta e média-alta renda apresentavam padrões similares entre si, assim como média-baixa e baixa renda, o que permitiu o reagrupamento sem perda relevante de informação.

Ainda assim, como os resultados demonstram ao longo do relatório, os dois grupos finais apresentam diferenças expressivas e estatisticamente significativas entre si em múltiplos indicadores de segurança alimentar, consumo alimentar e uso de políticas públicas, confirmando que a agregação preserva a capacidade analítica de identificar desigualdades territoriais no DF.



observadf.unb.br